



## Comissão do Impeachment interroga testemunhas hoje

Etapa destinada aos depoimentos de pessoas indicadas pela acusação, pela defesa e pelos senadores deverá se estender até o dia 20

A Comissão Especial do Impeachment se reunirá hoje, às 16h, para ouvir testemunhas, incluindo nomes do Tribunal de Contas da União e ex-integrantes do Tesouro Nacional e do Ministério do Planejamento. Amanhã, às 11h, haverá uma nova reunião para a escuta de testemunhas. Nesse dia, falará, entre outros, o ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho. A fase de depoimentos está prevista para se encerrar no dia 20, mas será prorrogada se até lá nem todas as testemunhas indicadas pela defesa, pela acusação e pelos senadores tiverem sido ouvidas. **3**



O relator da Comissão do Impeachment, Antonio Anastasia, e o presidente, Raimundo Lira: colegiado tem nove depoimentos marcados para hoje e amanhã

Pedro Franco/Agência Senado - 8/6/2016

Reprodução/Blog Informativo Rural



Benefício socorre agricultores que perderam pelo menos 50% da safra

### Recurso para agricultor afetado por seca pode ser votado amanhã

Medida provisória que libera R\$ 316 milhões para 440 mil famílias de agricultores da área da Sudene atingidos pela seca em 2014 e 2015 deve ser o primeiro item a ser analisado pelo Plenário na sessão deliberativa. A proposta tranca a pauta e só após a votação do texto o Plenário poderá analisar projeto que atualiza o Supersimples, programa de tributação simplificada para micros e pequenas empresas.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a atualização do Supersimples pode contribuir para a retomada do crescimento da economia. Há também duas propostas de emenda à Constituição na lista de votações. Uma concede adicional de periculosidade para policiais. A outra recria a Desvinculação de Receitas da União, com vigência retroativa a 1º de janeiro e validade até 2023. **3**



### Casa derruba consumo de papel quase pela metade em 5 anos

O uso de folhas de papel A4 no Senado caiu de 42.013 resmas em 2010 para 23.391 em 2015 — uma redução de 44,3%.

Nesse período, a Casa adotou medidas de controle de gastos como a terceirização do serviço de impressões, diminuindo o número

de máquinas disponíveis e usando a frente e o verso de cada uma das folhas.

Outro fator para a economia de papel foi a adoção progressiva da gestão eletrônica de documentos desde 2012. Atualmente, os novos processos são inteiramente digitais. **2**



Processos antigos tiveram a tramitação em papel encerrada no Senado

Márcia Kolumbe/Agência Senado

### Consultor: é difícil cumprir metas de saneamento

Num debate dos programas Senado Verde e Ecocâmara, o consultor legislativo aposentado da Câmara José de Sena afirmou que o país terá dificuldade para universalizar, até a década de 2030, os serviços de água potável e tratamento de esgoto. Segundo ele, o principal problema é a falta de pessoal. Sena disse que muitas prefeituras têm o maquinário necessário para construir aterros sanitários, mas não têm profissionais capacitados. **4**

### Crime de estupro vai ser discutido hoje em audiência

Estatísticas revelam que, a cada 11 minutos, uma mulher é estuprada no Brasil. Ante números como esses e após os recentes episódios de violência sexual contra mulheres, adolescentes e crianças no país, a Comissão de Direitos Humanos vai fazer hoje uma audiência pública interativa sobre o crime de estupro.

Senadores convidaram especialistas e representantes de entidades de defesa das mulheres para o debate. **4**

**Uso racional da água entra na agenda de colegiado **4****

**Senadores debatem tecnologia no processo legislativo **2****

**Comissão contra violência à mulher vota plano de trabalho **4****

Entre 2010 e 2015, medidas como redução do número de impressoras, uso de frente e verso das folhas, processo eletrônico e gestão de patrimônio economizaram recursos, com benefício ambiental

# Consumo de papel A4 caiu 44,3% em cinco anos

EM CINCO ANOS, o uso de folhas de papel reprográfico A4 no Senado caiu quase pela metade (44,3%), passando de 42.013 resmas — pacotes com 500 folhas — em 2010 para 23.391 em 2015. Os dados são da Coordenação de Administração e Suprimentos de Almoxarifados, vinculada à Secretaria de Patrimônio.

O diretor da secretaria, Luciano Freitas, destacou que medidas como a implantação de terceirização de impressão, em 2014, a criação do Sistema de Gestão de Patrimônio e Almoxarifado do Senado (Spalm) e as informações disponibilizadas no Portal da Transparência podem ter contribuído para a queda progressiva do uso de papel ao longo dos últimos anos.

— A terceirização reduziu o número de impressoras e implementou a impressão em frente e verso. O sistema de gestão também ajudou muito na redução porque ele registra e disciplina a demanda. Além disso, oferece informações muito precisas ao Portal da Transparência, o que possibilita que todos tenham acesso aos setores que estão consumindo mais folhas de papel — disse Freitas.

Para o diretor-geral-adjunto de Gestão do Senado, Gustavo Ponce de Leon, a redução do uso de papel também está ligada ao compromisso com



Márcio Kallme/Agência Senado

Em cinco anos, Senado passou a usar quase 20 mil resmas a menos por ano

a redução do desmatamento, previsto no Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS), lançado pelo Senado em julho do ano passado.

— Procuramos garantir dois benefícios: o financeiro e o ambiental — afirmou.

Nessa perspectiva, foi implementada, na Diretoria-Geral, a fase-piloto do Sistema de Atestado de Impressão, que permite aos gestores monitorarem as impressões dos setores.

Desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia da Informação, o Prodasen, a ferramenta possibilita a verificação do consumo por unidade administrativa, por log in e por tamanho do arquivo.

— É preciso enxergar qual tipo de impressão está sendo feita, quem é o usuário e para onde está indo o consumo de papel — disse Ponce de Leon.

A iniciativa será levada a

outros setores do Senado em aproximadamente três meses. O monitoramento ocorrerá em duas frentes: coibindo os possíveis casos de mau uso [impressões particulares] e identificando o excesso de impressão de materiais relacionados ao trabalho.

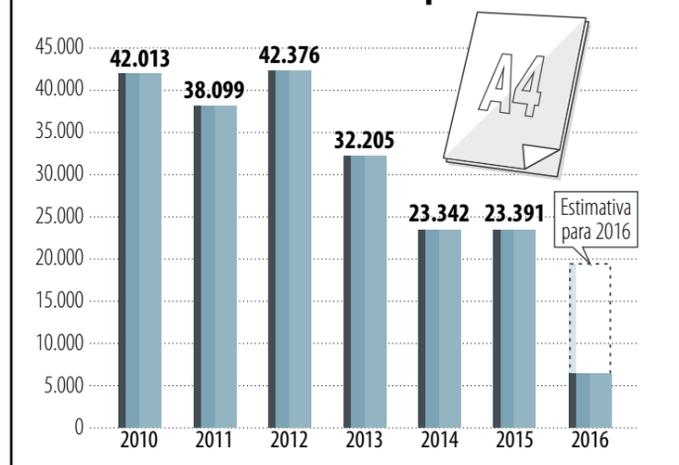
— Monitorar uso particular das impressoras é um trabalho mais pontual, mas é importante pelo nosso compromisso com as coisas públicas. Também vamos analisar as situações, na própria rotina, em que as pessoas estão usando muito papel, verificando se isso é realmente necessário ou é desperdício — ressaltou.

## Processo eletrônico

Também contribui para a redução do consumo de papel A4 o processo eletrônico no Senado, que começou a ser implantado em abril de 2012, com a aquisição do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (Sigad). A ferramenta é utilizada para controlar a produção, transmissão, armazenamento, manutenção e preservação de documentos.

Desde maio de 2015, com a adoção plena da versão eletrônica, os novos processos passaram a ser inteiramente digitais. Os antigos tiveram a tramitação em papel encerrada e foram digitalizados, mantendo-se o meio físico apenas para consulta.

## Número de resmas por ano



## Comissão debate o impacto da tecnologia no processo legislativo

A Comissão Senado do Futuro faz hoje a quarta audiência pública interativa sobre o impacto das tecnologias de informação e comunicação no processo legislativo.

Para o debate, que começa às 18h, foram convidados o diretor do Centro de Informática da Câmara dos Deputados (Cenin), Guilherme Brügger

D'Amato; os professores da Universidade de Brasília Thiago Sombra e Carlos Marcos Batista; o professor da Universidade Federal do Paraná Sérgio Braga; e o colunista da revista *Você S/A* e da BandNews FM Gil Giardelli.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

### CDH Crime de estupro

9h Audiência pública interativa para debater o crime de estupro no Brasil.

### PLENÁRIO Pompeu de Sousa

11h Sessão especial homenagem centenário de nascimento do ex-senador, professor e jornalista. Às 14h, sessão não deliberativa.

### IMPEACHMENT Testemunhas

16h A comissão especial ouve o secretário de Macroavaliação Governamental do TCU, Leonardo Albermaz; o secretário de Controle Externo do TCU, Tiago Dutra; o ex-subsecretário de Política Fiscal do Tesouro Marcus Aucélio; e a ex-secretária de Orçamento do Ministério do Planejamento Esther Dweck.

### SENADO DO FUTURO Debate

18h A audiência pública sobre as tecnologias de informação no processo legislativo.

TERÇA

### CCT Fundos de incentivo

8h45 Audiência sobre fundos de incentivo ao desenvolvimento científico.

### CMA Proteção de animais

9h30 Projeto que inclui proteção de animais na educação ambiental está na pauta.

### CAE FGTS e casa própria

10h Na pauta, projeto que reduz o prazo de carência para uso do FGTS para fins de aquisição de moradia própria.

### IMPEACHMENT Testemunhas

11h A comissão ouve o ex-secretário do Tesouro Marcelo Saintive; o ex-coordenador-geral de Programação Financeira do Tesouro Marcelo Amorim; o secretário do Ministério da Agricultura André Nassar; o ex-secretário-adjunto da Casa Civil Gilson Bittencourt; e o ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho.

### TRANSPARÊNCIA Requerimento

11h A comissão analisa requerimento.

### CE Gestão do ensino

11h45 A pauta inclui, entre outros, projeto sobre gestão democrática do ensino.

### MP 718/2016 Dopping

14h30 Audiência sobre a MP que trata do controle de dopagem.

### VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Plano

15h A comissão mista apresenta o plano de trabalho para 2016 e analisa requerimento.

### CI Romeu Donizete Rufino

8h30 Audiência pública com o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica.

### CDR Fundo para a seca

9h Texto que cria fundo para emergência decorrente de seca é um dos itens.

### CCJ Assassinato de idoso

10h Pauta com 36 itens inclui projeto que torna homicídio de idoso crime hediondo.

### CONGRESSO Jarbas Passarinho

12h Sessão solene para homenagear a memória do ex-senador Jarbas Passarinho.

### MUDANÇAS CLIMÁTICAS Debate

14h30 Debate sobre potencial brasileiro em energias renováveis não hidráulicas.

### CRE Fórum Brasil-Argentina

10h Instalação do Fórum Parlamentar Brasil-Argentina. Após, debate com o embaixador da Argentina, Carlos Alfredo Magariños.

### ORÇAMENTO Lei orçamentária de 2017

10h Audiência com o ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira, sobre projeto de lei orçamentária para 2017.

### CE Educação tutorial

10h30 Audiência avalia o Programa de Educação Tutorial (PET).

QUARTA

QUINTA

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e Cidadania: [senado.leg.br/cidadania](http://senado.leg.br/cidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves

**Segundo-secretário:** Zeze Perrella

**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli

**Quarta-secretária:** Ângela Portela

**Suplentes de secretário:**

Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez

**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho

**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia

**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção

**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

**Coordenação de Edição:** Silvio Burtle

**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

# Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Oitiva de nomes indicados por defesa, acusação e senadores continuará até a próxima segunda, mas essa fase poderá se estender caso nem todas as testemunhas sejam ouvidas

# Comissão do Impeachment ouve testemunhas hoje

A COMISSÃO ESPECIAL do Impeachment continuará hoje e amanhã ouvindo as testemunhas do processo contra a presidente afastada Dilma Rousseff. Ao todo, nove testemunhas deverão ser questionadas nas duas reuniões.

A oitiva de hoje está marcada para as 16h e envolve quatro pessoas: Leonardo Albernaz, secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União (TCU); Tiago Alvez Dutra, secretário de Controle Externo do TCU; Marcus Pereira Aucélio, ex-subsecretário de Política Fiscal do Tesouro Nacional; e Esther Dweck, ex-secretária de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento.

Outras cinco testemunhas serão ouvidas amanhã, às 11h: Luciano Coutinho, ex-presidente do BNDES; Mar-

celo Saintive, ex-secretário do Tesouro Nacional; André Nassar, secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura; Gilson Bittencourt, ex-secretário-adjunto da Casa Civil da Presidência da República; e Marcelo Amorim, ex-coordenador-geral de Programação Financeira do Tesouro Nacional.

Duas testemunhas podem ser retiradas dessa lista. A senadora Ana Amélia (PP-RS) apresentou um requerimento dispensando Saintive. Da mesma forma, há um requerimento do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) pelo cancelamento do depoimento de Amorim. As duas testemunhas foram elencadas pela acusação.

No processo contra Dilma, há testemunhas de defesa, de acusação e de juízo. As testemunhas de juízo são as



Primeira reunião da comissão para ouvir testemunhas começou quarta-feira e terminou quinta, durando mais de 14 horas

indicadas pelos senadores, tanto os favoráveis quanto os contrários ao impeachment.

As testemunhas são ouvidas individualmente e não fazem manifestação inicial, limitando-se a responder perguntas formuladas pelos senadores,

pela acusação e pela defesa. Não é permitido contato entre as testemunhas, que são mantidas em ambientes separados, enquanto aguardam o momento de serem ouvidas.

A etapa de oitivas está prevista para ser concluída até o dia 20, mas poderá ser prorrogada caso seja preciso mais tempo para que os senadores ouçam todas as testemunhas arroladas. A etapa teve início na última quarta-feira, quando foram ouvidas quatro testemunhas.

Na quinta-feira, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, indeferiu três recursos interpostos por senadores da oposição contra decisões da Co-

missão do Impeachment. Eles diziam respeito a requerimentos rejeitados pela comissão e ao tempo de fala concedido para as testemunhas.

Os senadores questionaram, por exemplo, a decisão da comissão de não incluir no processo de impeachment a gravação de uma conversa entre o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado e o senador Romero Jucá (PMDB-RR), que seria necessária para a produção de provas da defesa. Foi contestada também a rejeição de convocação de Jucá. Nos dois casos, Lewandowski acatou a argumentação do relator de que são assuntos estranhos às atividades da comissão.

## Defesa de Dilma quer que ex-ministros falem a senadores

A defesa da presidente afastada Dilma Rousseff apresentou à Comissão Especial do Impeachment uma lista de 15 testemunhas para substituírem nomes que foram rejeitados pelo relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). A relação inclui quatro ex-ministros.

Anastasia rejeitou alguns nomes da lista original de testemunhas indicadas pela defesa para a análise dos quatro decretos orçamentários que integram a denúncia

contra Dilma. Na avaliação do relator, eles não tinham relação direta com os decretos. Além de acadêmicos, os nomes rejeitados incluem os dos ex-ministros Ciro Gomes e Luiz Carlos Bresser Pereira.

Em substituição, a defesa incluiu quatro ex-ministros de seu governo: Miriam Belchior (Planejamento), Pepe Vargas (Direitos Humanos), Renato Janine Ribeiro (Educação) e Aldo Rebelo (Defesa).

## Colegiado prioriza a pressa e cerceia direito da presidente de se defender, critica Gleisi

A Comissão do Impeachment adota a pressa como prioridade nos trabalhos e cerceia o direito de Dilma Rousseff de se defender e provar que não cometeu crime de responsabilidade, disse Gleisi Hoffmann (PT-PR):

— A Constituição prevê um processo legal, com fases delimitadas, que não está sendo respeitado. Apesar de o presidente da comissão, Raimundo Lira, se esforçar, a maioria que está lá não está deixando que o devido processo legal se dê — protestou a senadora.



Pedro França/Agência Senado

## Ana Amélia: TCU vê indícios de irregularidades nas contas de 2015 do governo Dilma

Ana Amélia (PP-RS) levou ao Plenário na sexta-feira a notícia de que o Tribunal de Contas da União (TCU) listou 17 indícios de irregularidades nas contas de 2015 do governo Dilma. Ela negou que a Comissão do Impeachment esteja cerceando o direito de defesa da presidente afastada.

A senadora também fez uma análise do sistema político-eleitoral brasileiro, criticou o elevado número de partidos e o atual sistema de coalizão e defendeu uma ampla reforma.



Pedro França/Agência Senado

## Vanessa apoia presidente afastada por prometer consulta popular para solucionar crise

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apoiou Dilma Rousseff pela promessa de encaminhar consulta popular para que a sociedade aponte a saída da crise política, a seu ver um indicativo a favor da antecipação das eleições. À TV Brasil, Dilma admitiu que em sua volta ao cargo, se derrubado o impeachment, haverá a necessidade de consulta à população, único jeito de “lavar e enxaguar a lambança” do governo Temer e firmar novo “pacto” pela governabilidade.



Pedro França/Agência Senado

## Para Valdir Raupp, privatização de empresas é boa estratégia para salvar a economia

Retomar o programa de privatização é uma boa estratégia para salvar nossa economia, defendeu Valdir Raupp (PMDB-RO). De acordo com o senador, a privatização de estatais poderia injetar R\$300 bilhões nos cofres do governo federal.

— Os aeroportos e portos que foram privatizados são os que melhor funcionam no Brasil. Está mais do que comprovado que a iniciativa privada, não só aqui, mas em todo o mundo funciona melhor que o setor público.



Pedro França/Agência Senado

## Na pauta, MP que libera verba para agricultor afetado por seca

Tranca a pauta de votações do Senado a Medida Provisória (MP 715/2016), que destina R\$ 316,2 milhões para o pagamento de parcelas do Benefício Garantia-Safra. O recurso é destinado a 440 mil famílias de agricultores familiares da área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) atingidos pela seca em 2014 e 2015. A MP pode ser votada amanhã.

O Benefício Garantia-Safra socorre produtores que perderam pelo menos 50% da safra em decorrência de estiagem, ou excesso de chuvas, de culturas como feijão, milho, arroz, mandioca e algodão. O benefício é pago em parcelas pela Caixa por tempo determinado e atende produtores da

região Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo. O valor é definido pelo comitê gestor do programa.

Após a votação da MP, o Senado poderá votar a atualização do Supersimples (PLC 125/2015), programa de tributação simplificada para micros e pequenas empresas. Governadores que se reuniram na quarta-feira com o presidente da Casa, Renan Calheiros, enviarão suas análises e sugestões sobre o projeto até hoje. Após essa etapa, a proposta poderá ser votada no Plenário.

Renan afirmou que a atualização do Supersimples pode ser uma decisão importante para retomar o crescimento da economia e a geração de empregos:

Também tem destaque na pauta de votações a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 58/2015, que concede adicional de periculosidade para os servidores policiais. A proposta, que terá sua terceira sessão de discussão, prevê o pagamento do benefício aos servidores da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Ferroviária Federal, das Polícias Cíveis e Militares e dos Corpos de Bombeiros que exercem atividades perigosas, de risco à integridade física e psicológica.

Outra PEC que pode ser votada é a que recria a Desvinculação de Receitas da União (DRU) com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2016 e validade até 2023.

## Parecer diz que decisão do STF que suspende mandato deve passar pelo Legislativo

Senado e Câmara devem dar a última palavra sobre decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito de suspensão do mandato de senadores e deputados, segundo parecer da advocacia do Senado enviado ao STF na sexta-feira, a pedido do tribunal, para ser juntado a uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) apresentada por três partidos: PP, PSC e PSD.

Em nota pública também na sexta-feira, a Assessoria da Presidência do Senado informou que “as manifestações da Advocacia-Geral do Senado Federal não espelham opinião do presidente da instituição”.

Em evento do Senado Verde, especialista disse que muitas prefeituras não têm equipe qualificada nem mesmo para construir um aterro sanitário. Até 2033, têm que ser tratadas 92% das emissões de esgoto

## Consultores veem lacunas para metas de saneamento

É DIFÍCIL QUE o Brasil consiga cumprir as metas do Plano Nacional de Saneamento Básico, que estabelece que até 2033 todo o país tenha abastecimento de água potável e que 92% das emissões de esgoto sejam tratadas. Essa é a opinião do consultor legislativo aposentado da Câmara dos Deputados José de Sena, que falou na quinta-feira numa mesa redonda sobre saneamento básico e meio ambiente promovida pelos programas Senado Verde e Ecocâmara.

De acordo com Sena, muitas prefeituras, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste, possuem o maquinário necessário, mas não têm pessoal capacitado para construir um simples aterro sanitário.

— O problema não é tecnologia. A urbanização já avançou até mesmo ao alto dos morros. Se pegássemos os bilhões de reais que são calculados no Plano Nacional de Saneamento Básico para resolver o problema, não acredito que, em 20 anos, conseguiríamos universalizar o acesso ao saneamento básico — disse ele.

O consultor legislativo do Senado Luiz Beltrão lembrou que a Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2016 trata do saneamento básico. Para escolher o tema, a Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e as demais igrejas participantes da campanha levaram em conta um levantamento que mostra que mais de 100 milhões de brasileiros não têm acesso a água potável, tratamento de esgoto e coleta de lixo.

### Práticas sustentáveis

Diante desse diagnóstico, explicou, foram planejadas ações visando conscientizar a população sobre a necessidade de se cobrar dos governos a formulação e a implementação de planos de saneamento básico.

Outro foco da Campanha da Fraternidade, de acordo com Beltrão, é o esclarecimento das pessoas sobre práticas sustentáveis, como a separação do lixo, a economia de água, a captação de água das chuvas e o reúso de água.

— Um dos objetivos da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2016 é induzir a população a refletir sobre a realidade dos serviços de saneamento em cada localidade. Por isso, a campanha incentiva as pessoas a questionar a qualidade da água que consomem, o manejo de resíduos etc. — disse Beltrão.

Raquel de Carvalho Brostel, assessora de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Compa-

nhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), apresentou um panorama da situação do abastecimento de água e tratamento de esgoto no Distrito Federal.

De acordo com ela, em 2014 a Caesb forneceu água potável a 97,5% da população e tratou todo o esgoto proveniente de 82% da população. Raquel informou que a disponibilidade hídrica no Distrito Federal, menor do que 1.500 metros cúbicos por ano, é considerada “crítica”, de acordo com dados do IBGE.

### Eventos

A mesa-redonda integra a programação do Mês do Meio Ambiente, promovido pelo Senado e pela Câmara durante o mês de junho. No dia 5, celebrou-se o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Durante o mês, estão previstas ações, palestras, debates e exposições. Também haverá cursos e oficinas sobre compras e contratações públicas sustentáveis, horta orgânica em pequenos espaços, uso de bicicleta para deslocamento ao trabalho, arte natural, fotografia e até uma feira de trocas, no dia 24, no Espaço do Servidor, no Senado.

Accesse a programação do evento: <http://bit.ly/meioambiente2016>

## Projetos de uso racional da água entram em pauta

Projetos que tratam do uso racional da água poderão ser votados na Comissão de Meio Ambiente (CMA), em reunião marcada para amanhã.

Um deles (PLS 587/2015) inclui nos planos de recursos hídricos a promoção de campanhas educacionais periódicas para estimular o uso racional da água. O financiamento dessas iniciativas será feito com recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

José Agripino (DEM-RN),

autor da proposta, lembra que as mudanças climáticas poderão tornar mais frequentes e intensas as estiagens, e que é preciso promover o consumo consciente da água não apenas em períodos de racionamento. O projeto tramita em caráter terminativo e tem o apoio do relator, Otto Alencar (PSD-BA).

O uso racional da água também é o tema do PLS 324/2015. O projeto, do ex-senador Donizeti Nogueira, exige captação de água da

chuva nas novas construções públicas e privadas. A ideia é reduzir a utilização de água tratada em atividades como limpeza de prédios e irrigação de jardins. A matéria tramita em decisão final e tem o apoio da relatora, Lídice da Mata (PSB-BA).

Também constam da pauta o projeto (PLS 396/2014) que obriga a delimitação, no plano diretor municipal, de áreas verdes e áreas urbanas a serem reflorestadas, e o que modifica o Código Florestal para permitir o cômputo de florestas plantadas como área de reserva legal (PLS 6/2016).

Outro projeto em pauta regulamenta a comercialização de cosméticos orgânicos (PLS 532/2015). De Marta Suplicy (PMDB-SP), estabelece que o cosmético orgânico deve ter os insumos obtidos em sistema orgânico de produção agrícola ou em processo extrativista sustentável. O relator, Eduardo Amorim (PSC-SE), é favorável à proposta, que tramita em caráter terminativo.



Região de Madalena, Ceará, sofre com falta d'água frequente por causa da seca



Ato contra o estupro em São Paulo: uma vítima a cada 11 minutos no país

## Colegiado faz audiência pública hoje para discutir crime de estupro

Após os recentes registros de violência sexual contra mulheres, adolescentes e crianças no país nas últimas semanas, e com a divulgação de estatísticas que revelam que uma mulher é estuprada no Brasil a cada 11 minutos, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje audiência pública para debater o crime de estupro.

Para participar do debate, foram convidadas especialistas e representantes de entidades de defesa das mulheres. Entre elas, a chefe da Divisão de Direitos Humanos da Coordenadoria-Geral de Defesa Institucional da Polícia Federal, Diana Calazans Mann; a secretária nacional da Mulher Trabalhadora da

Central Única dos Trabalhadores (CUT), Junéia Martins Batista; a coordenadora dos Direitos das Mulheres da Diretoria da Diversidade da Universidade de Brasília (UnB), Sílvia Badim; e a professora do Instituto Brasileiro de Direito Público Soraia da Silva Mendes.

O debate será realizado em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular.

A iniciativa da audiência pública é de Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH. A reunião está marcada para 9h, na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Simone Tebet e Keiko Ota: parlamentares decidem amanhã plano de trabalho

## Comissão Mista da Violência contra a Mulher vota plano de trabalho

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher faz reunião amanhã para apresentação e votação do plano de trabalho para 2016. O planejamento será apresentado pela relatora da comissão, a deputada federal Luizianne Lins (PT-CE). A comissão mista é presidida pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS) e tem como vice-presidente a deputada Keiko Ota (PSB-SP).

“Em 2015, essa comissão realizou um importante trabalho e de extrema relevância para a garantia e ampliação dos direitos das mulheres, através dos debates nas audiências públicas; das diligências que nos possibilitou mergulhar na dor e crueldade

de alguns crimes, nos irmãs as vítimas, somando e fazendo coro às suas vozes; na aprovação de requerimentos e discussão sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher; no empenho, orientação e monitoramento das leis aprovadas no âmbito da Câmara dos Deputados e Senado Federal”, explica a relatora.

Segundo ela, o plano de trabalho para este ano tem por objetivo dar continuidade às atividades da comissão, “consolidando o trabalho parlamentar construído coletivamente por deputadas e senadoras para fortalecer a ação fiscalizadora do Poder Legislativo no combate à violência contra a mulher”.